



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

**1) A COMPANHIA**

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante à implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

**2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	262
Tensão em kV:	230
Subestações próprias:	1

**3) DESEMPENHO FINANCEIRO**

**3.1) Receita**

A Resolução Homologatória nº 3.348 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com acréscimo na RAP de R\$ 3.345.101, vide nota explicativa 1.2.

**3.2) Desempenho econômico-financeiro**

	2024	2023
• Liquidez geral	2,41	2,41
• Liquidez corrente	4,89	5,47
• Relação patrimonial líquido/ativo	58,57%	58,45%
• Relação passivo não circulante/ativo	37,82%	37,93%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,44%	18,13%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	21,97%	21,86%
Ativos Totais - R\$	713.397.859	716.003.345
Lucro líquido do exercício	72.875.068	75.867.436

**4) GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF).

**4.1) Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também

chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2) Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3) Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da Companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

**5) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE**

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com stakeholders. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da Companhia.

Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem

formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

**6) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL**

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

**7) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA**

Em 2024, a Companhia teve como Auditor Independente exclusivo, a KPMG Auditores Independentes Ltda. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria, sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores à título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	2024
Auditor Independente	34.654
KPMG Auditores Independentes Ltda.	34.654
<b>Total</b>	<b>69.308</b>

A Companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

**8) AGRADECIMENTOS**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)							
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.453.205	38.117.536	Fornecedores - terceiros	13	4.620.296	5.739.519
Títulos e valores mobiliários	9	5.002.310	-	Fornecedores - partes relacionadas	24.2	667.079	723.807
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	10	9.178.596	9.722.087	Obrigações Sociais e trabalhistas		1.561.627	1.719.187
Contas a receber - partes relacionadas	24.1	1.162.810	1.252.668	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	14	11.157.415	11.118.833
Adiantamento a fornecedor		40.206	31.198	Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	5.069.211	3.706.694
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	17.400.264	15.172.215	Outros impostos a pagar	15	1.091.814	2.085.594
Outros impostos a recuperar	11	674.287	634.554	Taxas regulamentares		974.890	835.076
Almoxarifado		1.536.503	1.500.891	Dividendos propostos	18.e/24.2	600.701	-
Ativos de contrato	12	77.624.340	74.919.738	<b>Total passivo circulante</b>		<b>25.743.033</b>	<b>25.928.710</b>
Outros ativos circulantes		696.671	563.440	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>125.769.192</b>	<b>141.914.327</b>	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	14	77.048.201	87.186.651
<b>Ativo não circulante</b>				Impostos diferidos	17	192.760.713	184.368.550
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Total passivo não circulante</b>		<b>269.808.914</b>	<b>271.555.201</b>
Títulos e valores mobiliários	9	5.288.295	5.566.526	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>18</b>	
Ativos de contrato	12	582.318.195	568.483.878	Capital social	18.a	84.001.000	84.001.000
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>587.606.490</b>	<b>574.050.104</b>	Reserva legal	18.b	16.800.200	16.800.200
Imobilizado		19.121	34.458	Reserva de retenção de lucros	18.c	253.968.838	270.138.250
Intangível		3.056	4.456	Reserva de incentivos fiscais	18.d	63.075.874	47.579.984
<b>Total</b>		<b>22.177</b>	<b>38.914</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>417.845.912</b>	<b>418.519.434</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>587.628.667</b>	<b>574.089.014</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>713.397.859</b>	<b>716.003.345</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>713.397.859</b>	<b>716.003.345</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	101.466.113	99.093.989
Custo da operação	20	(4.386.971)	(5.191.783)
<b>Lucro bruto</b>		<b>97.079.142</b>	<b>93.902.206</b>
Despesas gerais e administrativas	21	(5.123.209)	(5.291.361)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(166.620)	(126.446)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>91.789.313</b>	<b>91.484.399</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22	<b>(3.555.807)</b>	<b>1.063.759</b>
Receita financeira		4.567.463	10.212.167
Despesa financeira		(8.123.270)	(9.148.408)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>88.233.506</b>	<b>92.548.158</b>
IRPJ e CSLL correntes	23	(8.496.153)	(6.149.387)
IRPJ e CSLL diferidos	23	(6.862.285)	(10.531.335)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>72.875.068</b>	<b>75.867.436</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	72.875.068	75.867.436	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>72.875.068</b>	<b>75.867.436</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>88.233.506</b>	<b>92.548.158</b>
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa</b>			
Juros e variação monetária do financiamento	14	8.008.155	9.027.144
Depreciação e amortização	21	16.737	42.043
Rendimento títulos e valores mobiliários		(1.211.575)	(330.434)
Provisão para perda de crédito esperada	10	2.622.143	4.817
PIS e COFINS diferido		1.529.878	1.554.847
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(2.078.652)	(1.462.346)
Contas a receber - partes relacionadas		89.858	(83.134)
Ativos de contrato	12	(16.539.219)	(16.809.161)
Almoxarifado		(35.612)	(303.221)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		462.772	(326.320)
Outros impostos a recuperar		(39.733)	398.931
Adiantamento a fornecedores		(9.008)	1.675.241
Outros ativos		(133.231)	(112.557)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(1.119.223)	(1.477.426)
Fornecedores - partes relacionadas		(56.728)	82.304
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(195.285)	1.726.051
Outros impostos a pagar		(993.780)	42.589
Taxas regulamentares		139.814	69.411
Obrigações sociais e trabalhistas		(157.560)	10.194
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>78.533.257</b>	<b>86.277.131</b>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(6.938.351)	(8.447.178)
Juros pagos	14	(7.285.720)	(8.024.833)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>64.309.186</b>	<b>69.805.120</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(1.928)
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(20.591.559)	(1.648.475)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		17.079.055	1.088.156
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(3.512.504)</b>	<b>(562.247)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos	14	(10.822.303)	(10.740.858)
Dividendos pagos	18.e	(75.638.710)	(62.083.755)
Juros sobre capital próprio	18.e	-	(6.800.000)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(86.461.013)</b>	<b>(79.624.613)</b>
<b>Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(25.664.331)</b>	<b>(10.381.740)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>38.117.536</b>	<b>48.499.276</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>12.453.205</b>	<b>38.117.536</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de Lucro incentivos fiscais	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>84.001.000</b>	<b>15.658.431</b>	<b>280.335.020</b>	<b>32.741.301</b>	<b>412.735.752</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.867.436
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 18.b)	-	1.141.769	-	-	(1.141.769)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 18.d)	-	-	-	14.838.683	(14.838.683)
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18.e)	-	-	-	-	(8.000.000)
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18.c)	-	-	51.886.984	-	(51.886.984)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18.e)	-	-	(62.083.754)	-	(62.083.754)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>84.001.000</b>	<b>16.800.200</b>	<b>270.138.250</b>	<b>47.579.984</b>	<b>418.519.434</b>
Ajustes de anos anteriores (Nota explicativa 6)	-	-	-	-	2.690.821
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 6)	-	-	2.663.912	-	(2.663.912)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 6)	-	-	-	-	(26.909)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>84.001.000</b>	<b>16.800.200</b>	<b>272.802.162</b>	<b>47.579.984</b>	<b>421.183.346</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	72.875.068
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 18.d)	-	-	-	15.495.890	(15.495.890)
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18.c)	-	-	56.805.386	-	(56.805.386)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 18.e)	-	-	-	-	(573.792)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18.e)	-	-	(75.638.710)	-	(75.



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia concluiu que tais alterações relacionadas a classificação e divulgação dos passivos circulantes e não circulantes não trouxe impacto na elaboração destas demonstrações financeiras.

#### 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **5.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros no objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **5.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais a margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com futuras vencidas há mais de 360 dias.

#### 6. AJUSTES DE ANOS ANTERIORES

No exercício de 2024, em consonância com a diretriz estabelecida pela Diretoria e de acordo com as práticas contábeis, todos os créditos fiscais com potencial de recuperabilidade foram atualizados. Em conformidade com essa decisão, procedeu-se à atualização dos créditos fiscais referentes ao IRPJ e

CSLL dos anos de 2019 a 2023 pela taxa Selic. A seguir os impactos dos ajustes em 01 de janeiro de 2024:

	01/01/2024
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>418.519.434</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.690.821
Ajustes de anos anteriores	(26.908)
Dividendos mínimos obrigatórios	421.183.347
<b>Saldo ajustado em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>421.183.347</b>

#### 7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

#### 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1.680.624	533.043
Aplicações financeiras (i)	10.772.581	37.584.493
<b>Total</b>	<b>12.453.205</b>	<b>38.117.536</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 101,92% do CDI em 2024 e de 103,20% do CDI em 2023. A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais, mas principalmente ao pagamento de dividendos em 2024. **8.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### 9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Curto Prazo</b>	<b>5.002.310</b>	<b>—</b>
Aplicação Banco BTG Pactual CDB (i)	5.002.310	—
<b>Total</b>	<b>5.002.310</b>	<b>—</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>5.288.295</b>	<b>5.566.526</b>
Conta reserva - financiamentos (ii)	5.288.295	5.566.526
<b>Total</b>	<b>5.288.295</b>	<b>5.566.526</b>

(i) No dia 30/12/2024, devido às condições de prazo e taxa oferecidas, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 120 dias com vencimento em 02/05/2025; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 5.000.000 a uma taxa de 101,5% do CDI. (ii) Saldos apresentados como não circulante para atender às exigências referentes às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 14). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a CNTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de cobertura da dívida foi superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e, portanto, o saldo da conta reserva constituída é equivalente a três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

#### 10. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	8.575.854	8.372.195
Vencidas até 30 dias	232.550	25.965
Vencidas até 60 dias	250.125	245.921
Vencidas até 90 dias	209.983	584.883
Vencidas até 180 dias	420.183	334.940
Vencidas até 360 dias (i)	822.748	71.315
Vencidas há mais de 360 dias (i)	1.802.633	600.204
<b>Total</b>	<b>12.314.076</b>	<b>10.235.423</b>
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(3.135.480)	(513.336)
<b>Total contas a receber</b>	<b>9.178.596</b>	<b>9.722.087</b>

(i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energias e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quinturará, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perdas esperadas de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energias, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo

#### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

##### a. Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
BNDES	Out/18	Jan/33	SGBH	TJLP +1,93%	88.205.616	98.305.484
<b>Total</b>					<b>88.205.616</b>	<b>98.305.484</b>

##### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Financiador	Saldo inicial	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final
BNDES	98.305.484	8.008.155	(7.285.720)	(10.822.303)	88.205.616
<b>Total</b>	<b>98.305.484</b>	<b>8.008.155</b>	<b>(7.285.720)</b>	<b>(10.822.303)</b>	<b>88.205.616</b>
Financiador	Saldo inicial	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final
BNDES	108.044.033	9.027.144	(8.024.835)	(10.740.858)	98.305.484
<b>Total</b>	<b>108.044.033</b>	<b>9.027.144</b>	<b>(8.024.835)</b>	<b>(10.740.858)</b>	<b>98.305.484</b>

**BNDES:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2023 havia de principal um montante de R\$ 98.305.484 sobre os quais incidiram 1,93% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela teve vencimento em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. **c. Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **d. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES.

considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(513.336)	(508.519)
Reversão	76.527	85.128
Provisão	(2.698.671)	(89.945)
Saldo final	<b>(3.135.480)</b>	<b>(513.336)</b>

**10.1 Política contábil:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes à construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

#### 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Imposto de renda e contribuição social a recuperar	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ saldo negativo (i)	16.657.979	12.066.375
IRRF a recuperar	531	531
CSLL saldo negativo (i)	736.800	3.105.309
CSLL a recuperar	4.954	—
<b>Total</b>	<b>17.400.264</b>	<b>15.172.215</b>

#### Outros impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	85.693	79.017
COFINS	394.829	364.077
IRRF retido de clientes	101.207	99.221
CSLL retido de clientes	40.094	39.774
ICMS a recuperar	43.106	43.106
Outros	9.358	9.359
<b>Total</b>	<b>674.287</b>	<b>634.554</b>

(i) Variação refere-se a atualizações monetárias dos créditos da Companhia no exercício de 2024.

#### 12. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	77.624.340	74.919.738
Não circulante	582.318.195	568.483.578
<b>Total</b>	<b>659.942.535</b>	<b>643.403.316</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentada:

	643.403.316
Saldo em 31 de dezembro de 2023	643.403.316
Receita de O&M (i)	12.708.526
Receita de remuneração (ii)	91.549.520
Recebimentos (iii)	(87.718.827)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>659.942.535</b>
<b>Circulante</b>	<b>77.624.340</b>
<b>Não circulante</b>	<b>582.318.195</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	626.594.155
Receita de O&M (i)	12.227.869
Receita de remuneração (ii)	89.193.749
Recebimentos (iii)	(84.612.457)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>643.403.316</b>
<b>Circulante</b>	<b>74.919.738</b>
<b>Não circulante</b>	<b>568.483.578</b>

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2023. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. (iii) (Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **12.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### 13. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para encerramento de obra (i)	4.463.696	5.434.956
Fornecedores relacionados à construção	—	65.334
Gastos ambientais e fundiários	9.543	—
Prestadores de serviços	41.026	98.111
Fornecedor de Almozarifado	92.034	116.339
Outros	13.997	24.779
<b>Total</b>	<b>4.620.296</b>	<b>5.739.519</b>

(i) A redução é referente a reversão de saldo de provisão não realizado referente a construção de armazém.

	31/12/2024	31/12/2023
Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2024:		
<b>A) Geração de caixa</b>	<b>71.592.013</b>	
(+) EBITDA	78.530.364	
(-) Pagamento de IR + CS	(6.938.351)	
<b>B) Serviço da dívida</b>	<b>18.108.023</b>	
(+) Amortização de dívida	10.822.303	
(+) Pagamento de juros	7.285.720	
<b>C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)</b>	<b>4,0</b>	

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:  
 (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR  
 (+/-) Resultado financeiro líquido  
 (+/-) Resultado de equivalência  
 (+) Depreciações e amortizações  
 (+/-) Perdas (desvalorizações) por Impairment  
 (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

continua



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	164.598.743
Ativo total (B)	268.011.400
<b>Índice de capitalização (A/B)</b>	<b>61%</b>

#### e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2026	11.101.055
2027	11.101.055
2028	11.252.911
2029-2033	43.593.180
<b>Total</b>	<b>77.048.201</b>

#### 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Contribuição social a pagar	31/12/2024	31/12/2023
CSLL (i)	5.069.211	3.706.694
<b>Total</b>	<b>5.069.211</b>	<b>3.706.694</b>
Outros impostos a pagar	31/12/2024	31/12/2023
PIS	161.815	127.199
COFINS	788.259	594.624
INSS empregado	102.839	98.549
ISS terceiros	1.342	2.584
IRRF (ii)	1.729	1.204.084
Outros	35.830	58.554
<b>Total</b>	<b>1.091.814</b>	<b>2.085.594</b>

(i) Variação refere-se ao juros sobre capital próprio na base ocorrido no exercício de 2023. (ii) Variação decorrente de Imposto de renda sobre JCP que foi pago em 2024.

#### 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e servidões, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais (i)	365.510	345.219
Fundiário (ii)	-	650.000
<b>Total</b>	<b>365.510</b>	<b>995.219</b>

(i) **Processos Fiscais:** Refere-se ao procedimento administrativo 5755107/2020 no valor de R\$ 345.219 em 31/12/2023 e R\$ 365.510 em 31/12/2024 que discute supostos débitos referentes ao diferencial de alíquotas de ICMS. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento do caso. O aumento de exposição decorre de atualização monetária. (ii) **Processos Fundiários:** Refere-se ao processo 0001109-86.2017.8.11.0029 que trata da desapropriação da área da SE Canarana. O processo foi encerrado devido ao pagamento da decisão final do juiz no valor de R\$ 611.405, em outubro de 2024. **16.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 17. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo de contrato da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>IR e CSLL diferidos</b>	<b>131.716.028</b>	<b>124.853.744</b>
Imposto de renda diferido	97.217.550	92.171.752
Contribuição social diferido	34.498.478	32.681.992
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>61.044.685</b>	<b>59.514.806</b>
PIS diferido	10.889.052	10.616.155
COFINS diferido	50.155.633	48.898.651
<b>Total</b>	<b>192.760.713</b>	<b>184.368.550</b>

**17.1 Política contábil:** Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

#### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001.000 dividido em 84.001.000 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. Em 11 de setembro de 2024, foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no capital social, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 1 ação nominativa a R\$ 1,03 cada uma, totalizando o valor de R\$ 1,03. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Em 2023, a reserva legal chegou ao limite de 20% do capital social, por isso foi lançado apenas o saldo que alcança este limite conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 253.968.838 e R\$ 270.138.250, respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, podendo ser fruído de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Embora tenha sido emitido no ano-calendário de 2020, o Ato Declaratório Executivo retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2019. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê

de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 47.579.984 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 63.075.874. **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>75.565.889</b>	<b>75.867.436</b>
Reserva legal	-	(1.141.769)
Reserva de incentivos fiscais	(15.495.890)	(14.838.683)
Ajustes de anos anteriores	-	2.690.821
Base de cálculo para os dividendos	60.069.999	2.690.821
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%) (i)</b>	<b>600.701</b>	<b>26.908</b>
<b>Juros sobre capital próprio (ii)</b>	<b>-</b>	<b>(8.000.000)</b>

(i) Os dividendos mínimos obrigatórios de 2023 foram calculados com base nos ajustes de exercícios anteriores conforme nota explicativa 6. (ii) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através das atas de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizadas em 21/12/2023. Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos adicionais e intermediários e juros sobre capital próprio que foram pagos ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2024	Dividendos pagos em 2023	JCP líquido pago em 2024	Valor do IR s/JCP
AGO	04/04/2024	67.638.710	-	-	-
RCA	14/10/2024	8.000.000	-	-	-
RCA	20/07/2023	-	11.344.386	-	-
RCA	21/12/2023	-	50.739.369	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	6.800.000	1.200.000
<b>Total</b>		<b>75.638.710</b>	<b>62.083.755</b>	<b>6.800.000</b>	<b>1.200.000</b>

#### 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>113.125.241</b>	<b>110.497.689</b>
Receita de operação e manutenção (i)	12.708.526	12.227.869
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	91.549.520	89.193.748
Outras receitas (iii)	8.867.195	9.076.072
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(11.659.128)</b>	<b>(11.403.700)</b>
PIS e COFINS correntes	(8.934.207)	(8.688.944)
PIS e COFINS diferidos	(1.529.878)	(1.554.847)
TFSEE (Taxa de fiscalização)	(864.568)	(840.897)
P&D (Pesquisa e desenvolvimento)	(330.475)	(319.012)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>101.466.113</b>	<b>99.093.989</b>

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração. (iii) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações inferiores à inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta reduza quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo. **19.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Remuneração do ativo contratual de concessão -** Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(b) Receita de operação e manutenção -** Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(c) Outras receitas -** A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

#### 20. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Pessoal (i)</b>	<b>(3.201.529)</b>	<b>(2.961.617)</b>
Material	(618.144)	(554.141)
Serviços de terceiros	(759.593)	(737.342)
Arrendamentos e alugueis	(52.531)	(55.665)
Seguros	(112.141)	(100.334)
Tributos	(28.829)	(5.788)
Custo de operação e manutenção (ii)	888.487	(372.139)
Gastos diversos	(502.691)	(404.757)
<b>Total</b>	<b>(4.386.971)</b>	<b>(5.191.783)</b>

(i) Aumento é decorrente substancialmente do dissídio do período. (ii) Variação em 2024 refere-se à reversão de provisão não realizada ref. à implantação de infraestrutura e construção de armazém de O&M.

#### 21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Pessoal (i)</b>	<b>(1.605.694)</b>	<b>(1.429.441)</b>
Material	(69.189)	(37.610)
Serviços de terceiros	(380.139)	(447.055)
Arrendamentos e alugueis	(173.073)	(133.531)
Provisões/Reversões (ii)	(2.622.143)	(4.817)
Tributos	(9.223)	(103.855)
Depreciação e amortização	(16.737)	(42.043)
Outras	(247.011)	(93.009)
<b>Total</b>	<b>(5.123.209)</b>	<b>(2.291.361)</b>

(i) Aumento é decorrente substancialmente do dissídio do período e contratação de novos funcionários em cargos administrativos. (ii) Aumento decorrente de provisão para perdas esperadas de crédito com devedores duvidosos conforme nota explicativa 10.

#### 22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>	<b>4.567.463</b>	<b>10.212.167</b>
Receitas de aplicações financeiras (i)	3.427.317	9.209.189
Tributos sobre receitas financeiras	(353.970)	(498.024)
Outras receitas financeiras	1.494.116	1.501.002
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.123.270)</b>	<b>(9.148.408)</b>
Juros e variação monetária sobre empréstimos - terceiros	(8.008.155)	(9.027.142)
Outras despesas financeiras	(115.115)	(121.266)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(3.555.807)</b>	<b>1.063.759</b>

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função da redução de valores aplicados no exercício de 2024 referente à sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8 e 9.

#### 23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>90.924.327</b>	<b>92.548.158</b>
Adições/Exclusões não dedutíveis	4.095.816	1.515.419
Ajustes s/CPC 01	(24.193.510)	(24.008.200)
Juros s/Capital próprio	-	(8.000.000)
Outros	(311.827)	(347.036)
<b>Lucro Real</b>	<b>70.514.806</b>	<b>61.708.341</b>
IRPJ antes inc. Fiscais (25%)	(17.604.701)	(15.403.085)
Inc. Fiscais	15.517.252	14.838.682
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(2.126.205)</b>	<b>(564.403)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(6.369.948)</b>	<b>(5.584.984)</b>
IR e CS correntes	(8.496.153)	(6.149.387)
IR e CS diferidos	(6.862.285)	(10.531.335)
<b>Total IR e CS</b>	<b>(15.358.438)</b>	<b>(16.680.722)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>14%</b>	<b>18%</b>

**23.1 Política contábil:** A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos são feitas pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

#### 24. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

24.1 Ativo:	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - partes relacionadas	1.162.810	1.252.668
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.148.629	1.252.668
Intercompany GATE - Despesas com pessoal	14.181	-
24.2 Passivo:	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - partes relacionadas	667.079	723.807
Aluguel (ii)	-	14.400
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	666.366	709.407
Intercompany SGBH - Despesas com seguros	713	-
Dividendos a pagar - SGBH	600.701	-

24.3 Resultado:	31/12/2024	31/12/2023
Resultado - partes relacionadas	1.832.520	2.269.189
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.005.320	2.402.224
Aluguel (ii)	(172.800)	(133.035)

(i) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

**24.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	(226.213)	(188.736)
Benefícios diretos e indiretos	(49.736)	(31.834)
Encargos	(105.977)	(92.582)
Provisões (13º salário, férias e bônus)	(144.604)	(118.960)
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>(526.530)</b>	<b>(432.112)</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

**24.5 Política contábil:** Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

**c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	12.453.205
Títulos e valores mobiliários	10.290.605
Contas a receber de clientes	9.178.596
Contas a receber de partes relacionadas	1.162.810
<b>Total da exposição</b>	<b>33.085.216</b>

Os riscos de créditos relacionados a Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (Provisão para perda de crédito esperada) vide nota explicativa 5.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Moody's:

	31/12/2024
BA1	22.743.810
<b>Total da exposição</b>	<b>22.743.810</b>

**e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A

política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Total	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 4 anos	Mais que 4 anos
31/12/2024						
Fornecedores Terceiros	4.620.296	4.620.296	4.620.296	-	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	667.079	667.079	667.079	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	88.205.616	122.950.248	17.715.348	17.867.494	32.690.117	54.677.289

**25.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para

créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (iv) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### 26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

### DIRETORIA

Ramon Sade Haddad  
Diretor Presidente

Changwei Chen  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora CRC RJ - 103573/O-2

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Canarana Transmissora de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Canarana Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025



**KPMG Auditores Independentes Ltda.** Luis Claudio França de Araujo  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-091559/O-4

